

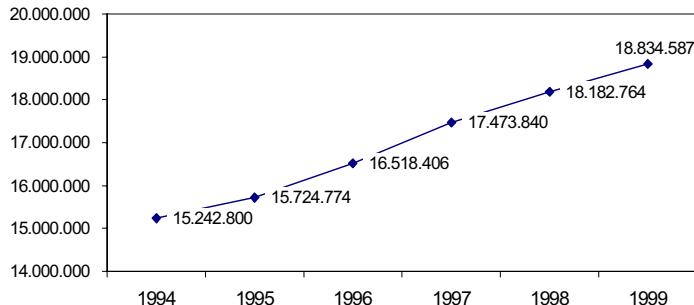


A Previdência Social em 1999

Em 1999 a Previdência Social pagou 18,8 milhões de benefícios, 3,6% a mais do que em 1998 (gráfico 1), encerrando o ano com um déficit de R\$ 9,7 bilhões¹ (R\$ 9,4 bilhões em termos nominais), 25,8% superior ao verificado no ano de 1998. Como pode ser visto no gráfico 2, o crescimento do déficit de 1998 para 1999 foi menos acentuado do que o verificado entre os anos de 1997 e 1998. Tal comportamento é reflexo da reforma constitucional da Previdência, aprovada em dezembro de 1998, com destaque para a contenção do fluxo das aposentadorias por tempo de contribuição e da implementação de várias outras medidas, em especial os ganhos com certificados da dívida pública - CDPs e depósitos judiciais.

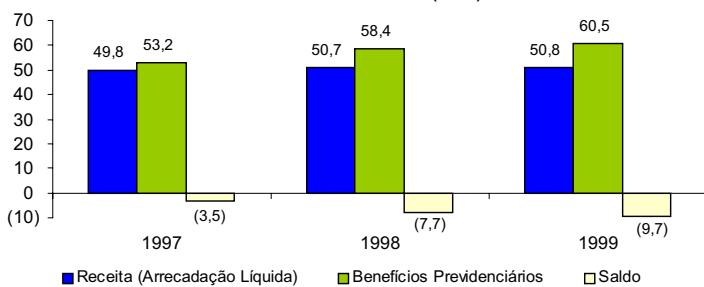
Em 1999, o déficit previdenciário foi de R\$ 9,7 bilhões, 25,8% superior ao déficit verificado em 1998.

GRÁFICO 1
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social - Posição em Dezembro



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

GRÁFICO 2
Evolução da Receita (Arrecadação Líquida), Despesa com Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário (1997-1999)
- Em R\$ bilhões de dez/99 (INPC) -

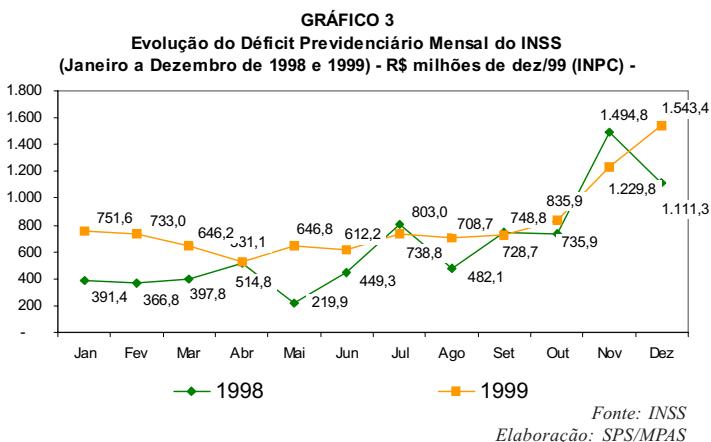


Fonte: INSS
Elaboração: SPS/MPAS

¹Toda a análise do texto está baseada em valores deflacionados pelo INPC acumulado até dezembro de 1999. Valores nominais terão referência expressa ao longo do texto.



Em 1999 verificou-se também uma tendência de crescimento mensal mais estável do déficit previdenciário em relação a 1998, como pode ser visto no gráfico 3. Em dezembro de 1999 o déficit ficou 38,9% acima daquele verificado no mesmo período de 1998, sendo que naquela ocasião houve uma antecipação da arrecadação do SIMPLES de 1999 da ordem de R\$ 557,4 milhões, o que contribuiu para diminuir sensivelmente o déficit daquele mês.



A Previdência conseguiu arrecadar R\$ 4,1 bilhões com a recuperação de créditos, o que significou um aumento de 35,9% em relação a 1998. Este importante resultado contrabalançou as perdas de receitas de contribuições correntes.

Especificamente neste mês de dezembro de 1999, o déficit do INSS ficou em R\$ 1,54 bilhões, 25,5% superior ao verificado no mês de novembro. Ressalte-se o impacto em caixa do pagamento do décimo-terceiro salário em dezembro, ficando a despesa com benefícios previdenciários em R\$ 8,68 bilhões, frente a uma arrecadação líquida de R\$ 7,14 bilhões. O déficit previdenciário de dezembro foi amenizado pelo ingresso de R\$ 313 milhões referentes à quitação de dívidas da Transbrasil (R\$ 198 milhões) e CEPISA (R\$ 115 milhões) e também pelo fato de não ter sido repassado em dezembro o montante referente ao décimo-terceiro dos terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE, Fundo Aerooviário etc.), tendo sido já transferido neste mês de janeiro de 2000.

Na área de receitas, o INSS apresentou um desempenho ligeiramente superior ao de 1998, com uma arrecadação líquida de R\$ 50,8 bilhões (0,2% superior a 1998). Os maiores ganhos em 1999 foram provenientes de medidas que focalizaram a recuperação de créditos, como os depósitos judiciais, os certificados da dívida pública - CDPs e a quitação de dívidas da Transbrasil e CEPISA em dezembro. Juntas, estas medidas somaram no ano R\$ 1,4 bilhão. Se não houvesse o ingresso destes recursos, a arrecadação líquida, que foi de R\$ 50,8 bilhões, cairia para R\$ 49,4 bilhões, o que significaria um aumento no déficit previdenciário de R\$ 9,7 bilhões para R\$ 11,1 bilhões, um incremento de 14,4%, o que denota a importância destas medidas.

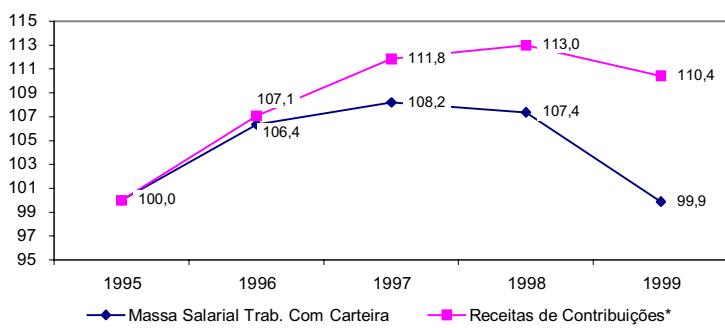
EXPEDIENTE: Ministro da Previdência e Assistência Social: Waldeck Ornélás • Secretário de Previdência Social: Vinícius Carvalho Pinheiro • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Geraldo Almir Arruda • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Ricardo de João Braga • Corpo Técnico: Andréa Corrêa Barreto, Ernani César e Silva Cabral, Rafael Liberal Ferreira de Santana, Renata Mello Baars Miranda, Vera Lúcia Vianna.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPAS. Também disponível na internet no endereço: www.mpas.gov.br
É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: Ministério da Previdência e Assistência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70059-900 - Brasília-DF
Tel (0 XX 61) 317-5266/317-5011. Fax (0 XX 61) 317-5408 • e-mail: cgeps.sps@mpas.gov.br

É importante ressaltar o impacto da diminuição da massa salarial formal sobre as contribuições de empregados e empregadores, principal fonte de financiamento da previdência. De acordo com o gráfico 4, de 1998 para 1999 o nível da massa salarial dos trabalhadores com carteira caiu 7%; o mesmo comportamento também foi apresentado pelo nível das receitas de contribuições (segurados, empresas, individuais e SIMPLES), porém em menor grau, em torno de 2,3%, graças a esforços gerenciais do INSS. De fato, é interessante observar que dos 418.351 empregos criados no ano de 1999 – recorde dos últimos 5 anos –, 94,4% foram sem carteira assinada², isto é, postos de trabalho em que o trabalhador, caso não se inscreva como contribuinte individual, não contribuirá à Previdência. O mercado formal, base natural da receita previdenciária, sofreu contração em 1999.

GRÁFICO 4
Evolução do Índice da Massa Salarial dos Trabalhadores Com Carteira Assinada e das Receitas de Contribuições* da Previdência Social (1995 =100)



Fonte: INSS; Pesquisa Mensal de Emprego - PME

Elaboração: SPS/MPAS

* Considera a contribuição dos segurados, das empresas, dos contribuintes individuais e do SIMPLES.

NOVA DISTRIBUIÇÃO DO INFORME DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Desde o Informe de Previdência Social nº 11, de Novembro de 1999, a distribuição está sendo feita por meio eletrônico, de forma a tornar mais ágil e com menores custos sua produção e divulgação. Assim, a equipe de elaboração do Informe solicita aos interessados que cadastram seus endereços eletrônicos para recebimento através do endereço cgeps.sps@mpas.gov.br ou pelo fax (0XX61) 317-5408. Com o intuito de possibilitar esta mudança de distribuição sem prejuízo para os leitores, estaremos mantendo o envio do Informe impresso para aqueles que se manifestarem através do mesmo endereço ou fax acima. O Informe de Previdência Social continuará a ser disponibilizado no site do Ministério da Previdência e Assistência Social - <http://www.mpas.gov.br>, Seção de "Estatísticas".

O detalhamento das receitas de contribuições previdenciárias é apresentado na tabela 1 a seguir. Considerando as receitas de contribuições correntes, entre 1998 e 1999 houve uma queda de 2,0%, com destaque para o decréscimo de 1,6% das contribuições sobre folha de salários (segurados e empresas), a principal receita previdenciária. A receita de contribuição dos contribuintes individuais apresentou um incremento de quase 5% em relação a 1998, resultado do esforço da Previdência em atrair esta parcela da população que não possui carteira assinada mas apresenta rendimentos suficientes para serem cobertos pelo seguro social. Em 1999 houve um cadastramento de contribuintes individuais 15% superior ao verificado no ano de 1998. A elevada queda na arrecadação do SIMPLES (-23,5%), como já salientado anteriormente, é explicada pela antecipação, em 1998, da arrecadação do SIMPLES de 1999 da ordem de R\$ 557,4 milhões. Destaque também para a queda em 13,9% na contribuição dos contribuintes rurais, que é inconsistente com a elevação do PIB agrícola ocorrida em 1999 em relação ao ano anterior.

Analizando ainda a tabela 1, percebe-se que em 1999, como contraponto às perdas com as contribuições previdenciárias correntes, os grandes ganhos de receitas foram provenientes de medidas de recuperação de crédito de empresas junto à Previdência, como os certificados da dívida pública - CDPs, os depósitos judiciais, os parcelamentos de empresas e dos estados e municípios, além da quitação de dívidas da Transbrasil e CEPISA em dezembro de 1999. Em relação a 1998, o valor das receitas oriundas destas medidas cresceu 35,9%.

² Informações do Boletim de Acompanhamento Macroeconômico de janeiro de 2000 da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

A Previdência está se esforçando para atrair os contribuintes individuais. Em 1999 o número de cadastramentos foi de 2,5 milhões, o que significou um aumento de 15% em relação a 1998.



TABELA 1
Evolução da Arrecadação Líquida da Previdência Social 1995-99 (Janeiro a Dezembro) - Valores em R\$ milhões de dez/99 (INPC)

	Acumulado Jan-Dez					Var. entre os anos (%)			
	1995	1996	1997	1998	1999	96/95	97/96	98/97	99/98
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA TOTAL (A+B)	44.124	48.100	49.753	50.675	50.795	9,0	3,4	1,9	0,2
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES (CORRENTES) (A)	42.483	45.333	47.448	47.621	46.645	6,7	4,7	0,4	-2,0
Contribuição sobre Folha de Salários (1)	37.688	40.028	40.172	39.525	38.889	6,2	0,4	-1,6	-1,6
Contribuição Individual de Segurados	1.404	1.822	2.495	2.542	2.665	29,8	36,9	1,9	4,8
SIMPLES	-	-	1.054	2.099	1.605	-	-	99,1	-23,5
Contrib. s/ Produção Rural e Outras Contribuições Rurais	570	585	931	794	684	2,5	59,2	-14,7	-13,9
Outras Contribuições Correntes (2)	2.821	2.897	2.796	2.661	2.803	2,7	-3,5	-4,8	5,3
RECEITAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS (B)	1.640	2.767	2.306	3.054	4.151	68,7	-16,7	32,5	35,9
Certificados da Dívida Pública - CDP	-	-	-	357	377	-	-	-	5,7
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	712	-	-	-	-
Parcelamentos (3)	1.640	2.767	2.306	2.697	2.748	68,7	-16,7	17,0	1,9
Outros Débitos (4)	-	-	-	-	313	-	-	-	-

Fonte: INSS

Elaboração: SPS/MPAS

- (1) Contribuição dos segurados e das empresas.
(2) Inclui emp. espetáculos esportivos, seguro de acidente de trabalho urbano e rural, empr. clubes de futebol profissional, outras contribuições e restituições.
(3) Parcelamentos de empresas, estados e municípios.
(4) Quitação de dívidas da Transbrasil e CEPISA em dezembro de 1999.

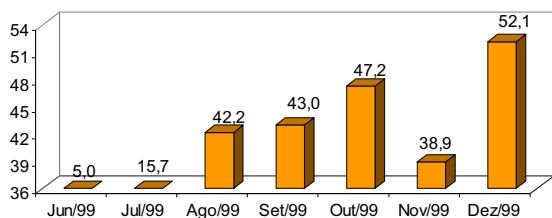
Obs. Dados preliminares. A distribuição da arrecadação líquida previdenciária entre receitas de contribuições correntes e receitas de recuperação de débitos foi realizada com base na distribuição das rubricas do fluxo contábil do INSS, exceto os valores do SIMPLES, CDPs, Depósitos Judiciais e Outros Débitos, que são valores do fluxo de caixa.

Com a reforma constitucional a justiça do trabalho passou a recolher diretamente as contribuições, o que significou o ingresso para a Previdência de R\$ 244,2 milhões em 1999.

É importante destacar que o desempenho da arrecadação líquida ao longo do ano foi positivamente marcado pelos ganhos oriundos dos CDPs e depósitos judiciais, mas também da implementação de outras medidas nesta área, como a cobrança de contribuições sociais pela justiça do trabalho e a sub-rogação do recolhimento previdenciário de serviços executados mediante cessão de mão-de-obra.

Os recolhimentos oriundos da cobrança de contribuições sociais pela justiça do trabalho renderam ao INSS em 1999, desde o início de vigência da medida (maio/99), R\$ 244,2 milhões. Neste mês de dezembro verificou-se o maior recolhimento do ano, da ordem de R\$ 52,1 milhões.

GRÁFICO 5
- Justiça do Trabalho -
- Reclamatórias Trabalhistas -
Recolhimentos (R\$ milhões de dez/99 - INPC)



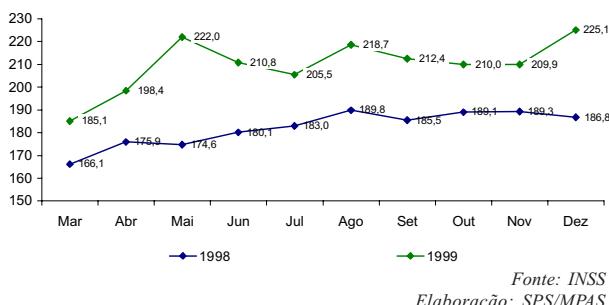
Fonte: INSS
Elaboração: SPS/MPAS

Em 1999, a sub-rogação possibilitou um incremento de R\$ 361,0 milhões na arrecadação da Previdência.

Em relação à sub-rogação, a arrecadação previdenciária relativa aos setores onde a contratação de prestadores de serviços é recorrente aumentou consideravelmente após a implantação da medida (fevereiro de 1999). O valor recolhido nestes setores entre mar/99 e dez/99 foi de R\$ 2,0 bilhões, um ganho da ordem de R\$ 361,0 milhões em relação à arrecadação efetuada no mesmo período do ano anterior (incremento de 21,5%).

Com relação às transferências da União, em 1999 foi repassado ao INSS o montante de R\$ 16,0 bilhões, um incremento de 46,6% em relação a 1998. Foram R\$ 5,1 bilhões transferidos a mais comparativamente a 1998, cabendo destacar a importância da parcela da CPMF que cabe à Previdência Social, que contribuiu com R\$ 3,6 bilhões ao longo de 1999.

GRÁFICO 6
Arrecadação Previdenciária de Empresas Contratantes de Serviços Executados Mediante Cessão de Mão-de-Obra (Mar-Dez 1998 e 1999)
- Em R\$ milhões de dez/99 (INPC) -



Fonte: INSS
Elaboração: SPS/MPAS

Analizando as despesas do INSS em 1999, foram gastos R\$ 60,5 bilhões com benefícios previdenciários, um crescimento de 3,6% em relação a 1998. Analisando o comportamento da despesa nos últimos anos, observa-se uma considerável redução no ritmo de crescimento de 1998 para 1999 comparativamente à verificada entre os anos de 1997 e 1998, quando o gasto com benefícios aumentou em 9,8%.

A redução no ritmo de crescimento da despesa com benefícios em 1999 tem certamente influência dos impactos da reforma previdenciária que instituiu a regra de transição com os limites de idade de 53 anos para os homens e 48 anos para as mulheres como condição de elegibilidade para a aposentadoria por tempo de contribuição - ATC (antiga aposentadoria por tempo de serviço). De fato, observando a tabela 2, no ano de 1999 foram concedidas 144.149 novas aposentadorias por tempo de contribuição, uma redução de 51,6% comparando ao ano de 1998. Pelo gráfico 7, pode-se observar que o pico de concessão de novas ATCs foi em 1997 com 417,4 mil aposentadorias. Ainda em relação à ATC, destaque para a elevação da idade média de concessão, que passou de 48,9 anos para 52,25 no final de 1999.

O total de concessão dos benefícios apresentou uma queda de 4,1% em 1999 em relação a 1998. Isso representa uma diminuição no fluxo de entrada no sistema previdenciário, o que tem importante impacto no longo prazo. A concessão de aposentadorias por idade apresentou um aumento de apenas 2% em 1999 comparado a um crescimento 31% entre 1997 e 1998. As aposentadorias por invalidez, por sua vez, tiveram uma elevação substancial no ano, de cerca de 26%, principalmente devido ao esforço de conversão dos auxílios-doença em aposentadorias por invalidez realizado ao longo do ano. De fato, os auxílios-doença tiveram um declínio em seu crescimento, passando de 6% entre os anos de 1996 e 1997 para 3,6% entre 1998 e 1999. A concessão de pensão por morte, de 277,9 mil em 1999, vem se mantendo num mesmo patamar desde 1996, com variações anuais em torno de 2%.

A despesa com benefícios previdenciários em 1999 ficou em R\$ 60,5 bilhões, 3,6% superior à verificada em 1998.

A reforma constitucional diminuiu o fluxo de aposentadorias por tempo de contribuição - ATCs, provocando em 1999 uma diminuição na taxa de crescimento da despesa com benefícios.

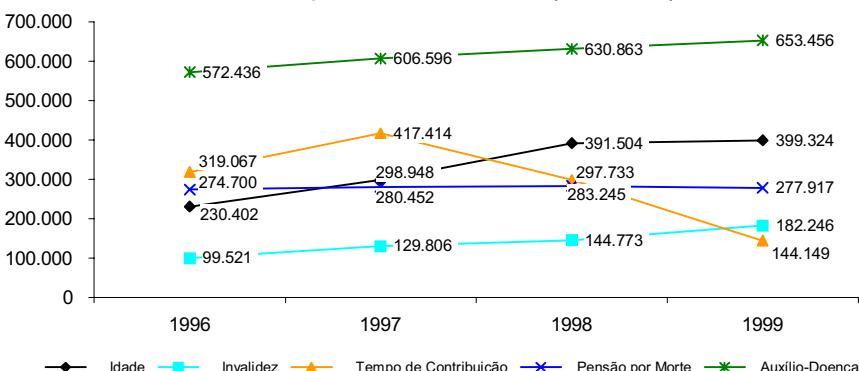
TABELA 2
Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos pela Previdência Social 1996-99 (Janeiro a Dezembro)

	1996	Acumulado 1997	Jan-Dez 1998	1999	Var. entre os anos (%)		
					97/96	98/97	99/98
PREVIDENCIÁRIOS	1.583.870	1.847.583	1.897.842	1.860.277	16,6	2,7	-2,0
Aposentadorias	648.990	846.168	834.010	725.719	30,4	-1,4	-13,0
Idade	230.402	298.948	391.504	399.324	29,8	31,0	2,0
Invalidez	99.521	129.806	144.773	182.246	30,4	11,5	25,9
Tempo de Contribuição	319.067	417.414	297.733	144.149	30,8	-28,7	-51,6
Pensão por Morte	274.700	280.452	283.245	277.917	2,1	1,0	-1,9
Auxílio-Doença	572.436	606.596	630.863	653.456	6,0	4,0	3,6
Outros	87.744	114.367	149.724	203.185	30,3	30,9	35,7
ACIDENTÁRIOS	187.597	191.164	175.889	163.533	1,9	-8,0	-7,0
ASSISTENCIAIS	403.599	318.205	272.541	226.920	-21,2	-14,4	-16,7
TOTAL	2.175.066	2.356.952	2.346.272	2.250.730	8,4	-0,5	-4,1

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS



GRÁFICO 7
Evolução da Quantidade dos Benefícios Concedidos pela Previdência Social (1996 - 1999)



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

Em 1999, a redução em 51,6% na concessão de novas aposentadorias por tempo de contribuição - ATCs resultou em uma despesa de R\$ 88,6 milhões com esta espécie de benefício, um decréscimo de 52,8% comparativamente a 1998.

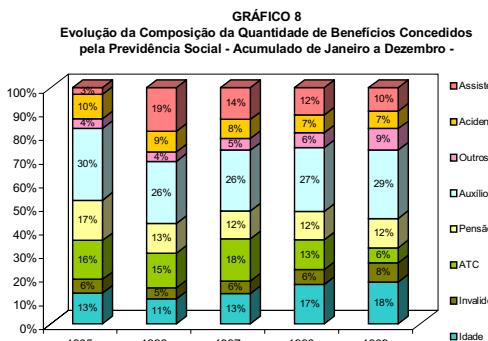
O impacto da redução das ATCs no valor total da concessão de benefícios pode ser visto na tabela 3. O gasto com a concessão de novas ATCs em 1999 foi de R\$ 88,6 milhões, 52,8% menos do que o gasto realizado em 1998. Este foi o item que mais contribuiu para a redução em 10,8% da despesa com todos os benefícios concedidos (novos beneficiários do sistema) em 1999, comparativamente ao ano de 1998.

TABELA 3 Evolução da Despesa com Benefícios Concedidos pela Previdência Social 1996-99 (Janeiro a Dezembro) - Valores em R\$ milhões de dez/99 (INPC)						
	1996	Acumulado Jan-Dez	1999	Var. entre os anos (%)	97/96	98/97
		1996	1997	1998	99/98	
PREVIDENCIÁRIOS	519,4	641,1	606,9	543,7	23,4	-5,3
Aposentadorias	258,1	349,6	293,0	206,9	35,4	-16,2
Idade	40,5	53,0	68,0	69,2	31,1	28,3
Invalidez	21,7	30,8	37,1	49,2	42,1	20,3
Tempo de Contribuição	196,0	265,7	187,9	88,6	35,6	-29,3
Pensão por Morte	71,5	76,5	79,3	79,3	6,9	3,7
Auxílio-Doença	176,9	197,6	211,0	226,3	11,7	6,8
Outros	12,9	17,5	23,5	31,2	36,3	34,3
ACIDENTÁRIOS	67,2	71,3	66,1	61,5	6,0	-7,2
ASSISTENCIAIS	52,8	42,1	41,1	31,7	-20,3	-2,4
TOTAL	639,4	754,5	714,2	636,8	18,0	-5,3
						-10,8

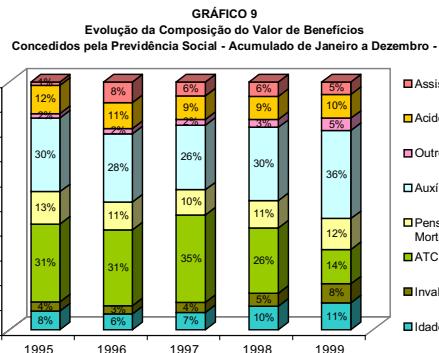
Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

Com relação à composição dos benefícios, a participação das ATCs concedidas caiu de forma significativa comparativamente a 1995, quando registrou-se uma participação de 16% na quantidade total de benefícios concedidos, chegando a 6% em 1999 (gráfico 8). Este fato vem condicionando o comportamento do estoque de benefícios (benefícios emitidos). De dezembro de 1995 a dezembro de 1998, a participação das ATCs no estoque total de benefícios (benefícios emitidos) aumentou de 14,8% para 17,5%. Com a reforma previdenciária, este percentual chegou a sofrer uma ligeira queda para 17,4% em 1999, indicando uma estagnação na participação das ATCs no total do estoque de benefícios. De fato, a ATC foi o benefício mais influenciado pela reforma, e seu comportamento ao longo do último ano reflete o redirecionamento da política previdenciária para um novo padrão de concessão e cálculo do valor do benefício.

Em termos de estrutura de despesas, de acordo com o gráfico 9 percebe-se uma redução da participação dos valores de concessão das ATCs no valor total dos benefícios de 35% em 1997 para 14% em 1999.



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

A distribuição dos benefícios emitidos pela Previdência pode ser visto na tabela 4 a seguir. Dos 18,8 milhões de benefícios pagos, 10,8 milhões foram aposentadorias (idade, invalidez e tempo de contribuição). Incluindo as 4,9 milhões de pensões, foram pagos em 1999 15,7 milhões de benefícios distribuídos entre aposentadorias e pensões, o que representa 83,5% do total de benefícios pagos no ano. Das aposentadorias, a que apresentou maior crescimento foi a aposentadoria por idade, chegando a um patamar de 5,4 milhões, 4,4% a mais do que a quantidade verificada em 1998. O estoque de aposentadorias por invalidez também apresentou um aumento significativo, da ordem de 4,2% comparativamente a 1998. Já as aposentadorias por tempo de contribuição chegaram a um patamar de 3,3 milhões de benefícios, o menor crescimento das aposentadorias em relação a 1998 (3,2%).

Dentre aposentadorias e pensões, a Previdência Social pagou 15,7 milhões de benefícios em 1999, o que representa 83,5% dos 18,8 milhões de benefícios pagos no ano.

TABELA 4
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos pela Previdência Social 1996-99 (Posição em Dezembro)

	Mês de Dezembro				Var. entre os anos (%)		
	1996	1997	1998	1999	97/96	98/97	99/98
PREVIDENCIÁRIOS	14.784.188	15.789.438	15.714.300	16.244.486	6,8	-0,5	3,4
Aposentadorias	9.469.222	9.995.036	10.445.193	10.860.219	5,6	4,5	4,0
Idade	4.843.234	4.952.758	5.147.524	5.373.000	2,3	3,9	4,4
Invalidez	2.033.997	2.070.256	2.114.690	2.203.741	8,3	2,1	4,2
Tempo de Contribuição	2.591.991	2.972.022	3.182.979	3.283.478	14,7	7,1	3,2
Pensão por Morte	4.394.420	4.585.501	4.714.454	4.872.300	4,3	2,8	3,3
Auxílio-Doença	540.901	525.347	506.254	460.388	-2,9	-3,6	-9,1
Outros	379.645	683.554	48.399	51.579	80,1	-92,9	6,6
ACIDENTÁRIOS	591.435	623.796	641.498	652.631	5,5	2,8	1,7
ASSISTENCIAIS	1.142.783	1.060.606	1.826.966	1.937.470	-7,2	72,3	6,0
TOTAL	16.518.406	17.473.840	18.182.764	18.834.587	5,8	4,1	3,6

Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

Quanto ao valor médio das concessões, uma análise dos grupos de espécie de benefícios revela uma situação interessante, quanto mais se comparada aos valores de rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada apresentados pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Enquanto o rendimento médio dos empregados com carteira assinada caiu em termos reais 5% comparando-se 1998 a 1999, em valores corrigidos pelo INPC de dezembro de 1999, todos os grupos de espécie analisados apresentaram quedas inferiores no seu valor médio ou mesmo aumentos.



No grupo que apresentou quedas na comparação de valores médios em 1998 e 1999 estão a ATC, a aposentadoria por idade e os benefícios acidentários, conforme mostra a tabela 5. Já os benefícios assistenciais, os auxílios-doença, as pensões e as aposentadorias por invalidez apresentaram elevação em seus valores médios, com especial destaque para esta última, com elevação de 6,23%.

TABELA 5
Valores Médios de Concessão
por Grupo de Espécies - Valores em R\$ 1,00 de dez/99

	ATC	Idade	Invalidez	Pensões	Auxílio Doença	Benefícios Assistenciais	Acidentários
1998	629,22	173,98	254,82	280,26	334,04	138,41	375,45
1999	615,97	172,90	270,70	285,06	345,24	139,34	374,87
99/98	-2,11%	-0,62%	6,23%	1,71%	3,35%	0,67%	-0,15%

*Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS*

O índice de correção dos salários-de-contribuição utilizado pela Previdência tem sido maior do que todos os índices de preços, beneficiando o segurado.

A razão para tal fenômeno é a forma de reajuste dos salários de contribuição para efeito de cálculo do valor do benefício concedido. Em primeiro lugar, devido a questões legais, o INSS não leva em conta para fins de reajuste monetário do salário de contribuição os períodos em que houve deflação. Neste caso é utilizado o índice zero para o mês. Por outro lado, com a nova regra de cálculo que leva em conta os salários de contribuição a partir de julho de 1994, é utilizada uma combinação de índices de preços para os diferentes períodos: IPC, INPC e IGP-DI. A peculiaridade é que, devido às diferentes dinâmicas econômicas de 1994 até 1999, onde os índices de preço ao consumidor elevaram-se mais no início deste período e os preços dos itens comercializáveis depois da desvalorização cambial de janeiro de 1999 – impactando fortemente o IGP-DI, o agregado acaba levando em conta os períodos de maior variação positiva de cada índice. A tabela 5 traz a inflação acumulada para os índices citados e o fator de correção utilizado pelo INSS, superior a eles. Assim, a fórmula de cálculo dos benefícios tanto preservou seu poder de compra como os fez apresentar substanciais ganhos em comparação aos rendimentos do trabalho no período.

TABELA 6
Fator de Correção da Previdência x Índices de Preços
Acumulado de julho de 1994 a dezembro de 1999

	Previdência	IGP-DI	IPC Fipe	IPCA	INPC
Julho 94 / Dezembro 99	114,7%	92,5%	79,3%	85,3%	71,6%

*Fonte: MPAS
Elaboração: SPS/MPAS*



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 1999 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Acum. Jan. a Dez.
1. SALDO INICIAL	464.910	328.438	199.287	275.108	250.041	297.072	372.219	1.213.966	593.449	604.289	660.847	751.515	464.910
2. RECEBIMENTOS	5.057.777	4.891.351	5.150.926	5.038.381	5.116.117	5.225.281	6.272.921	4.676.805	5.339.373	5.555.573	5.999.246	10.092.159	68.415.913
2.1. ARRECADAÇÃO	3.935.914	3.865.905	3.977.866	4.099.139	4.026.886	4.115.732	4.195.062	4.172.320	4.183.395	4.210.494	4.227.307	7.414.206	52.424.226
- Arrecadação Bancária	3.711.316	3.730.669	3.839.183	3.944.140	3.867.189	3.943.923	4.016.476	3.991.877	4.000.956	4.019.230	4.009.722	7.190.263	50.264.945
- Arrecadação / SIMPLES ⁽¹⁾	127.418	101.905	104.784	119.793	118.809	127.272	130.673	135.867	137.705	138.624	147.013	160.798	1.550.662
- Depósitos Judiciais ⁽²⁾⁽³⁾	99.658	36.447	38.176	39.898	44.866	48.553	52.646	50.525	53.615	61.626	83.515	77.869	687.394
- Restituições de Arrecadação	(2.478)	(3.115)	(4.278)	(4.692)	(3.978)	(4.017)	(4.733)	(5.949)	(8.881)	(8.987)	(12.942)	(14.724)	(78.775)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	4.525	5.414	5.472	5.548	4.650	3.409	3.700	3.375	3.097	3.848	44.178	45.125	132.339
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS ⁽⁴⁾	14.039	16.634	18.521	20.343	26.592	19.831	22.068	14.667	8.024	11.789	6.119	10.633	189.259
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁵⁾	537.436	447.106	463.065	243.931	370.345	357.137	(2.419.019)	-	275.582	534.400	990.563	(1.676.826)	123.719
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	565.864	556.292	686.003	669.421	687.644	729.173	4.471.111	486.443	869.275	795.042	731.079	4.299.022	15.546.370
- Recursos Ordinários	90.000	238.472	(45.128)	16.918	18.673	17.751	89.368	126.405	270.845	123.790	-	3.026.198	3.973.291
- COFINS	166.371	93.501	429.351	362.876	390.288	445.038	545.874	121.575	(293.958)	346.782	213.167	493.686	3.314.551
- COFINS/LOAS	111.135	113.036	114.569	127.330	122.890	131.700	131.000	134.761	136.410	139.000	141.000	143.069	1.545.901
- Fundo de Estabilização Fiscal	90.000	92.000	90.000	75.900	71.000	15.488	40.000	-	-	82.820	117.878	872.936	1.548.022
- Fundo de Estabilização Fiscal/EPU	108.358	12.183	56.861	57.083	56.627	56.543	55.653	57.892	57.384	46.000	70.300	96.880	731.765
- Contrib. social sobre lucro	-	7.100	40.350	29.314	28.166	62.654	120.943	45.810	153.888	56.650	188.733	266.034	999.642
- CPMF	-	-	-	-	-	-	3.488.274	-	544.706	-	(599.782)	3.433.198	
3. PAGAMENTOS	5.194.249	5.020.503	5.075.105	5.063.449	5.069.086	5.150.134	5.431.174	5.297.322	5.328.534	5.499.015	5.908.577	10.188.269	68.225.418
3.1. PAGAMENTOS INSS	4.881.483	4.741.217	4.813.537	4.805.894	4.805.704	4.890.479	5.154.328	5.058.667	5.059.811	5.189.122	5.614.172	9.914.468	64.928.883
3.1.1. BENEFÍCIOS	4.492.928	4.453.981	4.505.832	4.536.123	4.564.486	4.631.203	4.821.765	4.814.050	4.816.759	4.908.831	5.364.988	8.924.147	60.835.093
- Benefícios Previdenciários ⁽⁶⁾⁽⁷⁾	4.320.777	4.275.808	4.331.621	4.349.698	4.382.628	4.442.446	4.631.164	4.621.289	4.624.488	4.722.607	5.153.663	8.683.834	58.540.023
- Benefícios Provisionados	4.348.641	4.302.082	4.360.059	4.363.209	4.410.582	4.467.850	4.657.937	4.653.547	4.649.311	4.744.731	5.176.793	8.710.780	58.845.522
- Devolução de Benefícios	(27.864)	(26.274)	(28.439)	(13.511)	(27.954)	(25.404)	(26.773)	(32.258)	(24.822)	(22.123)	(23.131)	(26.946)	(305.499)
3.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	172.151	178.174	174.211	186.425	181.858	188.756	190.601	192.760	192.271	186.224	211.326	240.314	2.295.070
3.1.2.1. EPU T.N. ⁽⁸⁾	61.408	65.477	58.955	59.297	58.900	58.964	57.713	57.892	56.487	46.734	70.147	97.196	749.169
3.1.2.3. LOAS	110.742	112.697	115.256	127.128	122.958	129.793	132.888	134.868	135.783	139.490	141.179	143.117	1.545.901
3.1.2. PESSOAL ⁽⁹⁾	156.897	218.870	140.184	208.776	142.684	192.304	248.713	172.464	187.931	195.638	191.723	278.855	2.335.038
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹⁰⁾	231.659	68.366	167.522	60.996	98.534	66.973	83.850	72.153	55.121	84.653	57.460	711.465	1.758.751
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹¹⁾	312.766	279.286	261.567	257.555	263.382	259.655	276.846	238.655	268.723	309.893	294.406	273.801	3.296.535
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	3.623.148	3.586.619	3.716.299	3.841.584	3.763.504	3.856.076	3.918.216	3.933.664	3.914.672	3.900.601	3.932.901	7.140.405	49.127.691
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(697.629)	(689.189)	(615.322)	(508.113)	(619.123)	(586.370)	(712.948)	(687.625)	(709.816)	(822.006)	(1.220.761)	(1.543.429)	(9.412.332)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(869.780)	(867.362)	(789.533)	(694.539)	(800.982)	(775.126)	(903.549)	(880.385)	(902.087)	(1.008.230)	(1.432.087)	(1.783.743)	(11.707.402)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	(136.472)	(129.152)	75.822	(25.068)	47.031	75.147	841.747	(620.517)	10.839	56.558	90.668	(96.110)	190.495
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹²⁾	328.438	199.287	275.108	250.041	297.072	372.219	1.213.966	593.449	604.289	660.847	751.515	655.405	655.405

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Retenção de parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(3) No mês de janeiro de 1999, foi lançado o valor de R\$ 62.408, referente ao mês de dezembro de 1998.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui os valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários e de benefícios de EPU que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos. Estes valores foram lançados nesta rubrica em contrapartida ao lançamento dos referidos valores na despesa (Benefício Previdenciário e EPU).

(5) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos. Dados retificados em outubro e novembro de 1999.

(6) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(7) Dados retificados. Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(8) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios de EPU que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(9) Reúne pagamentos realizados a "Ativos", "Inativos", e "Pensionistas" do quadro do INSS.

(10) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio., GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(11) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes Órgãos: SENAR, SENAI, SESI, SENAC, SESC, INCRA, SDR, FNDE, (Salário Educação), SEST, SENAT, Fundo Aerooviário, E. Prof. Marítimo (DPC) e SEBRAE.

(12) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.



Tabela 2
Fluxo de Caixa - Dezembro de 1999 (R\$ mil de dez/99 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil de Dezembro de 99 (INPC)							
	Dez/98	Nov/99	Dez/99	Var. III/II	Var. III/I	Acum. Jan. a Dez./98	Acum. Jan. a Dez./99	Var. Acum V/IV
	I	II	III	Em %	Em %	IV	V	Em %
1. SALDO INICIAL	41.197	665.737	751.515	12,9	1.724,2	2.939.548	500.848	(83,0)
2. RECEBIMENTOS	9.973.608	6.043.640	10.092.159	67,0	1,2	67.781.618	70.713.787	4,3
2.1. ARRECADAÇÃO								
- Arrecadação Bancária	7.913.978	4.258.589	7.414.206	74,1	(6,3)	54.478.355	54.213.929	(0,5)
- Arrecadação / SIMPLES ⁽¹⁾	7164.627	4.039.394	7.190.263	78,0	0,4	52.379.701	51.978.324	(0,8)
- Depósitos Judiciais ⁽²⁾	-	84.133	77.869	(7,4)	-	-	711.819	-
- Restituições de Arrecadação	-	(13.038)	(14.724)	12,9	-	-	(80.783)	-
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	8.111	44.505	45.125	1,4	456,4	300.736	134.628	(55,2)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	42.652	6.165	10.633	72,5	(75,1)	572.533	197.019	(65,6)
2.4 EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-	-	1.522.038	-	(100,0)
- Empréstimos da Rede Bancária	-	-	-	-	-	1.522.038	-	(100,0)
2.5. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽³⁾	(2.902.689)	997.893	(1.676.826)	(268,0)	(42,2)	9.533	196.064	1.956,6
2.6. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	4.911.557	736.489	4.299.022	483,7	(12,5)	10.898.423	15.972.147	46,6
- Recursos Ordinários	1.139.440	-	3.026.198	-	165,6	1.456.337	4.011.946	175,5
- COFINS	446.351	214.745	493.686	129,9	10,6	514.226	3.431.452	567,3
- COFINS/LOAS	-	142.043	143.069	0,7	-	773.589	1.600.371	106,9
- Contrib. Plano Seguridade Social	81.239	-	-	-	(100,0)	145.460	-	(100,0)
- Fundo de Estabilização Fiscal	114.268	-	872.936	-	663,9	1.405.179	1.576.350	12,2
- Fundo de Estabilização Fiscal/EPU	131.560	70.820	96.880	36,8	(26,4)	583.606	757.984	29,9
- Contrib. social sobre lucro	1.393.529	190.130	266.034	39,9	(80,9)	4.414.858	1.019.701	(76,9)
- CPMF	-	-	(599.782)	-	-	-	3.574.342	-
3. PAGAMENTOS	9.510.702	5.952.301	10.188.269	71,2	7,1	70.186.269	70.520.515	0,5
3.1. PAGAMENTOS INSS	9.028.664	5.655.717	9.914.468	75,3	9,8	64.439.795	67.102.167	4,1
3.1.1. BENEFÍCIOS	8.793.285	5.404.689	8.924.147	65,1	1,5	60.466.254	62.877.655	4,0
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS ⁽⁴⁾	8.547.551	5.191.800	8.683.834	67,3	1,6	58.393.256	60.501.703	3,6
- Benefícios Provisionados	8.547.551	5.215.101	8.710.780	67,0	1,9	56.871.218	60.818.595	6,9
- Devolução de Benefícios	-	(23.302)	(26.946)	15,6	-	-	(316.893)	-
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS ⁽⁵⁾	245.734	212.889	240.314	12,9	(2,2)	2.072.998	2.375.952	14,6
3.1.2.1. EPU T.N.	127.659	70.666	97.196	37,5	(23,9)	834.680	775.623	(7,1)
3.1.2.2. LOAS	118.075	142.224	143.117	0,6	21,2	1.238.317	1.600.329	29,2
3.1.2. PESSOAL ⁽⁶⁾	92.007	193.142	278.855	44,4	203,1	2.363.302	2.416.424	2,2
3.1.3. CUSTEIO ⁽⁷⁾	143.371	57.886	711.465	1.129,1	396,2	1.610.239	1.808.088	12,3
3.2. FUNDACENTRO	4.326	-	-	-	(100,0)	52.590	-	(100,0)
3.3. TRANSF. A TERCEIROS ⁽⁸⁾	477.712	296.584	273.801	(7,7)	(42,7)	3.801.091	3.418.348	(10,1)
3.4. PAGAMENTO DO MÊS ANTERIOR	-	-	-	-	-	1.892.794	-	(100,0)
4. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.3)	7.436.265	3.962.004	7.140.405	80,2	(4,0)	50.677.264	50.795.581	0,2
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1.1)	(1.111.286)	(1.229.795)	(1.543.429)	25,5	38,9	(7.715.992)	(9.706.122)	25,8
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(1.357.020)	(1.442.684)	(1.783.743)	23,6	31,4	(9.788.990)	(12.082.074)	23,4
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	462.906	91.339	(96.110)	(205,2)	(120,8)	(2.404.651)	193.272	(108,0)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽⁹⁾	504.103	757.076	655.405	(13,4)	30,0	504.103	655.405	30,0

Fonte: CGF/INSS; CGC/INSS.

Elaboração: CGEPS/SPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Retenção de parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(3) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos. Dados retificados em outubro e novembro de 1999.

(4) Pagamentos a cargo da Previdência Social.

(5) Para 1998, valores contábeis. A partir de 1999, valores de caixa.

(6) Reúne pagamentos realizados a "Ativos", "Inativos", e "Pensionistas" do quadro do INSS.

(7) Reúne as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio., GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(8) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes Órgãos: SENAR, SENAI, SESI, SENAC, SESC, INCRA, SDR, FNDE, (Salário Educação), SEST, SENAT, Fundo Aerooviário, E. Prof. Marítimo (DPC) e SEBRAE.

(9) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de dez/99 - INPC)

Período	Arrecadação Bruta (1) (A)	Transferências a Terceiros (B)	Arrecadação Líquida C = (A - B)	Benefícios Previdenciários (2) (3) (4) (5) (D)	Valores em R\$ milhões de dezembro/99 - INPC	
					Relação %	Saldo
					E=(D/C)	F=(C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de dezembro do ano correspondente, a preços de dezembro/99 (INPC)						
1990	36.467	2.312	34.155	21.164	62	12.991
1991	32.755	2.051	30.703	22.192	72	8.512
1992	32.334	2.044	30.290	24.156	80	6.134
1993	37.010	2.591	34.420	32.498	94	1.921
1994	39.808	3.076	36.732	36.812	100	(80)
1995	48.209	4.086	44.124	45.273	103	(1.149)
1996	52.049	3.949	48.100	48.407	101	(307)
1997	54.057	4.303	49.754	53.212	107	(3.458)
1998	54.478	3.801	50.677	58.393	115	(7.716)
1999	54.214	3.418	50.796	60.502	119	(9.706)
Dez/97	6.988	797	6.191	7.838	127	(1.647)
Jan/98	4.133	60	4.073	4.465	110	(391)
Fev/98	4.210	312	3.899	4.265	109	(367)
Mar/98	4.193	307	3.886	4.284	110	(398)
Abr/98	4.232	430	3.803	4.318	114	(515)
Mai/98	4.170	101	4.069	4.289	105	(220)
Jun/98	4.262	290	3.972	4.421	111	(449)
Jul/98	4.266	475	3.791	4.594	121	(803)
Ago/98	4.265	120	4.145	4.627	112	(482)
Set/98	4.251	313	3.937	4.686	119	(749)
Out/98	4.449	477	3.972	4.708	119	(736)
Nov/98	4.133	438	3.694	5.189	140	(1.495)
Dez/98	7.914	478	7.436	8.548	115	(1.111)
Jan/99	4.240	337	3.903	4.655	119	(752)
Fev/99	4.112	297	3.815	4.548	119	(733)
Mar/99	4.177	275	3.903	4.549	117	(646)
Abr/99	4.285	269	4.015	4.546	113	(531)
Mai/99	4.207	275	3.932	4.579	116	(647)
Jun/99	4.297	271	4.026	4.638	115	(612)
Jul/99	4.347	287	4.060	4.799	118	(739)
Ago/99	4.300	246	4.054	4.763	117	(709)
Set/99	4.295	276	4.019	4.748	118	(729)
Out/99	4.282	315	3.966	4.802	121	(836)
Nov/99	4.259	297	3.962	5.192	131	(1.230)
Dez/99	7.414	274	7.140	8.684	122	(1.543)

Fonte: CGF/INSS; CGC/INSS

Elaboração: CGEPS/SPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação e depósitos judiciais.

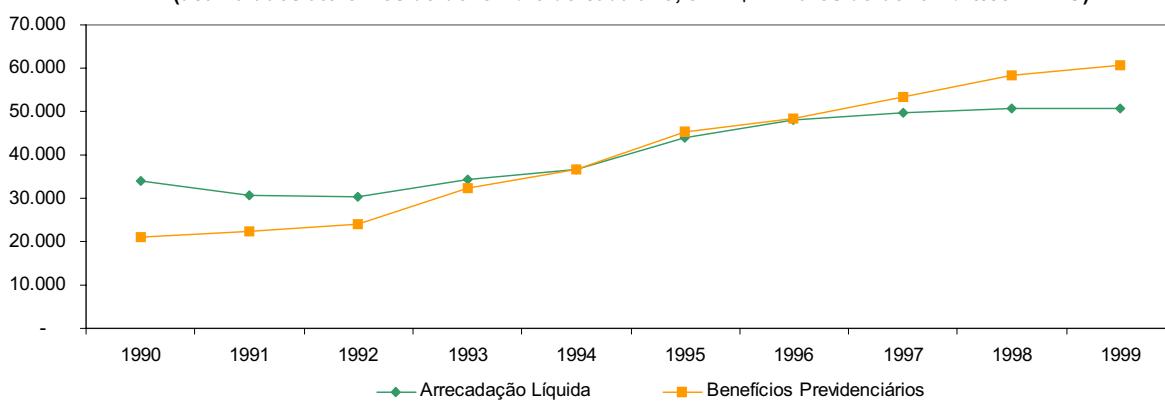
(2) Para os anos de 1990 a 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2.288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida x Despesa com Benefícios
(acumulados até o mês de dezembro de cada ano, em R\$ milhares de dezembro/99 - INPC)





REMETENTE: Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0XX61) 317-5266/317-5011
Fax: (0XX61) 317-5408
e-mail: cgeps.sps@mpas.gov.br
70059-900 – Brasília-DF

DESTINATÁRIO



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

IMPRESSO